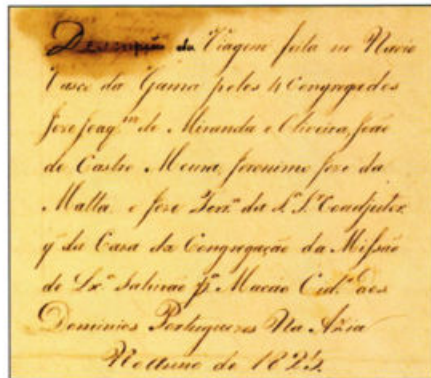


# E no «Godão Flutuante» nos fizemos de vela: relação de uma viagem Lisboa-Macau no ano de 1825

João de Figueirôa Rego



## Em jeito de apresentação

"Neste dia memorável sexta-feira da Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo ás 5 horas e meia da manhã despedindo-nos de todos os nossos coirmãos (...) nos dirigimos ao caes do Terreiro do Paço, ahi afretando embarcação navegamos para bordo do Vasco, (...).

Assim se inicia uma "Descripção da viagem feita no navio Vasco da Gama pelos 4 congregados José Joaquim de Miranda e Oliveira, João de Castro Moura, Jerónimo José da Matta e José Ferreira da Silva, irmão coadjutor que da Casa da Congregação da Missão de Lisboa sahirão para Macao cidade dos Domínios Portuguezes na Azia no Anno de 1825"<sup>1</sup>. Tal é o título do texto

autografo e, a muitos títulos curioso, no qual o seu autor registou o quotidiano de uma longa viagem transatlântica, que sendo cronologicamente pouco distante de nós, parece fisicamente mais próxima das suas congéneres quinhentistas, pelos aspectos relativos à própria segurança, comodidade e conforto, ou melhor, à quase ausência delas.

O seu interesse reside, também, a nosso ver, na procura desse outro *Eu* civilizacional, que implicitamente se pressente na descrição, por vezes pitoresca, das escalas em terra, traduzindo o apelo e fascínio exercido pelo contacto com povos e culturas exóticas, dotados de valores, em certos casos, totalmente opostos à filosofia cristã europeia.

Por isso, e mesmo que, de quando em onde, com carácter apenas subjacente, não deixa de ilustrar aspectos significativos da história das mentalidades e do discurso moralizante, político, ideológico e , até, antropológico do 1.º quartel do século XIX.

Na abordagem que nos propusemos fazer, pareceu-nos de utilidade começar por fixar algumas elementos de enquadramento e contextualização, para melhor compreender o próprio sentido do porquê da narrativa, qual o seu objectivo.

Ainda a nível metodológico, foi nossa preocupação facilitar a compreensão dos excertos extractados, pelo que para a clareza e precisão exigíveis se procedeu ao desdobramento das abreviaturas e à separação de palavras indevidamente unidas. Todavia o nível de aprendizagem ortográfica e cultural do autor da *Descrição...* mantêm-se presentes já que não se alteraram as imprecisões, erros gramaticais e pontuação genuína.

A finalizar, cumpre prestar uma palavra de agradecimento à Dr.ª Maria da Assunção Jácome de Vasconcelos, do Arquivo Distrital da Braga, em cujo *Fundo Monástico Conventual*, se hospeda o manuscrito 788; ao Comandante A. Estácio dos Reis, da Academia de Marinha e Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, a quem ficamos a dever valiosos elementos arquivísticos sobre a *galera Vasco da Gama*, e a charrua *S. João Magnânimo*, e por fim à Mestre Dr.ª Ana Maria Nóbrega de Oliveira Braga, docente da Univ. Portucalense, e em tempos nossa orientadora no âmbito da cadeira de *Problemática de História de Portugal*, do curso de Ciências Históricas, pelo estímulo, apoio e sugestões dados.



# 1

## As congregações religiosas portuguesas e sua acção no Macau Oitocentista

### 1.1

#### Preâmbulo

As concepções de carácter filosófico sobre a educação, que desde o século XVIII se vinham abrindo ao mundo cultural e político decorrente do chamado «Iluminismo», preconizavam a laicização do Homem e firmavam a sua crença na Razão. Ao advento de uma nova sociedade, propagandeada pela “Revolução Liberal”, cabia não só fazer desmoronar o edifício educacional do Antigo Regime, ligado ao conceito elitista de instituições aristocráticas de ensino, desde as religiosas à Universidade,<sup>2</sup> como também, criar uma dinâmica educativa baseada em valores essencialmente práticos. Dai que colégios pertencentes a congregações pudessem, de alguma forma, parecer um anacronismo<sup>3</sup>. Porém Macau tinha, neste domínio como em outros, as suas especificidades.

## 1.2

## A influência da Companhia de Jesus: o Colégio de Macau

Desde 1563, altura da sua fixação em Macau, que os Jesuítas se afirmaram como pioneiros da expansão cultural portuguesa na Ásia. Dotados de enorme sagacidade e possuidores de uma metodologia humanística e pedagógica notável, reclamavam-se, como reconhece António Mega Ferreira, de uma «divina itinerancia que fez dos jesuítas um caso único de ecumenismo e universalidade»<sup>4</sup>. Embora, como precisa outro autor, «se não fosse a curiosidade extravagante do imperador Wan Li, que ascendera ao trono imperial em 1573 e o fascínio que lhe inspirava a fama entretanto granjeada pelo padre jesuíta Matteo Ricci, é possível que outra tivesse sido a história da singular penetração da companhia no vasto território do Império do Meio»<sup>5</sup>.

O certo é que a missão jesuíta de Macau floresceu rapidamente e, em 1572, eram lançadas as bases do que, vinte anos depois, viria a ser o colégio universitário da *Madre de Deus* ou de *S. Paulo*. Expoente do cosmopolitismo cultural e religioso, nele se tratavam com igual à-vontade a gramática, a teologia, as ciências, mas também, filosofia, música e artes plásticas. Possuía, ainda, tipografia de caracteres móveis,<sup>6</sup> uma «botica» que era a melhor de Macau, além de uma livraria com mais de 5.000 volumes.

Como actividade *circum-escolar* incentivavam-se as representações teatrais, um pouco à semelhança do que já era praticado pelos padres da companhia, nas longas viagens da carreira da Índia, como forma de dirimir as angústias de uma jornada cheia de perigos e tensões<sup>7</sup>.

Não se pense porém que toda a actividade dos jesuítas foi isenta de problemas. É que para além dos inerentes à dinâmica proselitista da congregação, tiveram os Inacianos que fazer frente aos levantados pelo Supremo Tribunal dos Ritos, em Roma, a quem desagradava sobremaneira o sentido de adaptação às práticas de culto chinesas evidenciado pelos discípulos de Santo Inácio. Sobretudo a leitura interpretativa que estes faziam dos preceitos de Confúcio. Na verdade os jesuítas perfilhavam o conceito de que as normas confucianas mais não eram, como observou Rafael Ávila de Azevedo, do que uma «visão oriental da devoção cristã às almas do purgatório e da crença na comunhão dos santos»<sup>8</sup>.

Esta polémica esteve, aliás, na origem da proibição do envio de mais padres da companhia para as missões do Extremo Oriente, decretada por Inocêncio XIII.

A queda em desgraça dos inacianos, a nomeação de um novo bispo para Pequim, D. Frei Alexandre de Gouveia, e o contacto por este estabelecido em Goa no ano de 1784 com a congregação da Missão, iria inscrever os Lazaristas como sucessores da Companhia de Jesus, e virar uma página na história do ensino macaense<sup>9</sup>.

### 1.3

#### Os Lazaristas e a Casa da Congregação da Missão

Em 1800 e emancipado já da tutela jurisdicional do episcopado pequinense, passava o seminário de S. José, outrora dirigido pelos jesuítas, a designar-se e mediante carta régia, Casa da Congregação da Missão.

A Congregação, de origem francesa remontava a 1624, ano em que por iniciativa de S. Vicente de Paulo se criara uma *Sociedade de Missionários para a Evangelização* convertida depois por breve pontifício em *Sociedade dos Padres da Missão*, a designação de lazaristas, pela qual ficariam conhecidos, deve-se ao facto da comunidade ter passado para o priorado de S. Lázaro, depois para o de S. Lazaire, onde se estabeleceu.

Entrados em Portugal no 1.º quartel do século XVIII, entre 1716/17, devido aos esforços do padre José Gomes da Costa, um transmontano de Torre de Moncorvo que entrara para a congregação em Roma, e sob a protecção de D. João V<sup>10</sup> vieram a instalarem-se por volta de 1720 na quinta de Rilhafoles que instituíram como casa-mãe, expandindo-se depois por Évora, Guimarães, Cernache do Bonjardim, Felgueiras e Funchal.

Vocacionados para a acção missionária projectaram a sua actividade no Brasil e no Oriente, abrindo casas em Goa, Cantão, Pequim, Nanquim e Macau. Esta última revestia-se de interesse específico para a sua acção evangelizadora, como uma espécie de ante-câmara da China não constituindo porém apenas um trampolim. Pois no território fizeram sentir o seu empenhamento a ponto de em 1811, o superior da instituição poder afirmar com legítimo orgulho: – “(...)

*quasi se não há ordenado sacerdote nesta cidade que em tudo ou em parte não deva sua educação e ensino ao mesmo seminário, fora outros que aqui se educarão, que não seguem o estado eclesiástico (...)*"<sup>11</sup>.

Todavia o estado de graça vivido pela congregação viria a sofrer forte abalo quando da eclosão do movimento constitucional, de que os lazaristas foram em Macau fortes apoiantes, o que lhes valeu a particular inimizade do bispo local D. Frei Francisco Chacim<sup>12</sup>. Decididos seguidores da corrente constitucional viram-se perseguidos após 1823, ano em que Macau vira costas ao liberalismo, sob a égide de um novo governador precisamente o prelado Chacim. A perseguição aos padres missionários, não se fez esperar e por tal se viram obrigados, uns a fugir para Manila, enquanto outros caíam sob alçada da justiça. Apenas escapou à prisão o padre Joaquim José Leite, superior do colégio de S. José, graças «às eloquentes súplicas dos estudantes e dos seus pais»<sup>13</sup>.

De tudo isso se ressentiu o seminário, e é o próprio gabinete presidido pelo bispo que expressando o seu pesar pelas medidas que se vira forçado a tomar propõe, em ofício ao superior interino, subvencionar novos professores seculares ou eclesiásticos para substituir os «*presos e profugos por sua obstinada conduta*», no intuito de que o colégio voltasse «*a ganhar a sua antiga consideração pública que tanto fizeram perder as opiniões subversivas d'aquelles seus outros companheiros.*»<sup>14</sup>.

É todo este contexto que irá estar na origem da viagem dos nossos congregados, informando a propósito o padre Manuel Teixeira: – «*(...) a 25. 10. 1825 chegavam a Macau três lazaristas, no Vasco da Gama, de que era capitão e proprietário Joaquim dos Ramos: José Joaquim Pereira de Miranda e Oliveira, Jerónimo José da Mata e João França Castro e Moura (...)*»<sup>15</sup> acrescentando depois o mesmo historiógrafo que o padre Miranda partiu para Nanquim, o padre Moura para o mesmo destino, mas apenas em 1830, e que Jerónimo José da Mata seria nomeado coadjutor do bispo eleito de Macau. Convirá aqui fazer pequenas rectificações, pois os irmãos lazaristas chegaram ao território a 23 de Outubro, e não a 25, sendo quatro e não apenas três, pois aos já citados deve ser acrescentado o coadjutor José Ferreira da Silva, que como sabemos pela *Descrição da viagem...* fazia parte do grupo.

E a propósito da *Descrição* será oportuno determo-nos sobre os seus antecedentes literários.



## 2 Os relatos de viagens: alguns aspectos

### 2.1 A tradição literária jesuíta

Capacitados do interesse para a prossecução da actividade missionária de uma estratégia de *propaganda*, entenderam, os inacianos ser da maior utilidade fixar por escrito e com grande cópia de elementos informativos, tudo quanto pudesse documentar a acção evangelizadora que num peregrinar constante os levava às mais distantes e exóticas paragens.

Desde que em 1542, ano da chegada a Goa de S. Francisco Xavier, deram começo a um nomadismo itinerante pelo Oriente, génese do estabelecimento da Companhia em terras da Índia e da China, não mais deixaram os padres da roupeta de registrar, até por imposição superior, testemunhos de um quotidiano recheado de acontecimentos, naquele que foi, talvez, o período mais fascinante da difusão jesuítica.

As cartas que deles subsistem<sup>16</sup> descrevem, geralmente com bastante detalhe e penetrante observação, múltiplos aspectos do *modus vivendi* asiático e do encontro de culturas e civilizações.

Esses registos de grande valor para a historiografia estiveram na origem a partir de 1550 de um movimento editorial, que conheceu enorme popularidade, projectando-se muito para lá da centúria<sup>17</sup>.

Sensíveis às singularidades do meio e denotando salutareos hábitos de escrita, merecem referência o padre António de Almeida, primeiro missionário a residir na China,<sup>18</sup> e companheiro de Matteo Ricci; o padre António de Gouveia, autor de uma útil *Azia Extrema*, o padre Cardim também ele «missionário incansável e viajante constante» autor de umas *Batalhas da Companhia de Jesus na sua Gloriosa Província do Japão*,<sup>19</sup> os padres Bento de Goes e António de Andrade que partiram pela *Ásia Central em Demanda do Cataio*, e no caso deste último pelos reinos do Tibete,<sup>20</sup> e finalmente para não sobre-carregar a lista, Frei Sebastião Manrique que em 1649 fez imprimir em Roma o seu *Itinerario de las Misiones de L'India Oriental*, contendo informações sobre a vida de «numerosas comunidades portuguesas estabelecidas nas mais remotas partes do Oriente»<sup>21</sup>.

## 2.2

### O Contributo dos Lazaristas

Seguidores e, nalguns casos mesmo, continuadores do papel desempenhado pela Companhia de Jesus, também os padres da Missão não escaparam ao desígnio epistolográfico, se bem que deles subsista um acervo quantitativamente e sobretudo qualitativamente menor, além de cronologicamente mais recente.

Conhecem-se neste domínio as cartas e relações de vários missionários ao longo do século XVIII, de que fez eco o padre Sebastião Manuel Teixeira, nas suas *Mémoires des Missions de Chine dont s'est charge en 1800 la Maison de la Congregation à Lisbonne, par ordre du Prince Régent*<sup>22</sup>. Muitas das viagens aqui referidas, e que tiveram como destino a Índia e a China, foram na verdade feitas para dar cumprimento aos anseios de D. Maria I, de fundar seminários



no Oriente, e de em parte subsidiar com eles a componente humana das missões destinadas ao império sínico.

Aliás sobre as missões de Cantão, Pequim, Nanquim e Macau existem abundantes referências numa outra *Mémoires Chronologiques de la Maison de la Congrégation de Lisbonne*<sup>23</sup> parcialmente redigidas pelo padre Manuel José Vieira, e que «contêm informação completa sobre a introdução em Portugal desta Congregação, registando acontecimentos como o Terramoto de 1755, assistência aos supliciados do atentado a D. José (...)», etc.

Já do século XIX, são duas outras descrições referentes a viagens, ambas tendo por destino final o território de Macau. Uma de em 1831, de que foi relator o padre António Leite de Amorim,<sup>24</sup> á época ainda minorista, e outra, anterior, em 1825, precisamente aquela que agora nos ocupa.

### 3

#### *A descrição da viagem (...) feita no anno de 1825*

##### 3.1

##### Crítica externa

O manuscrito a que nos vimos reportando, integra, como se disse, o *Fundo Monástico Conventual*, do Arquivo Distrital de Braga, onde tem o n.º 788, do núcleo *Lazaristas*, Documentação Geral. É um original, autografo, constituído por um caderno de 26 fólios, numerados de forma alternada ora no canto superior esquerdo ora no direito, numa sequência grafada de 2 a 26. Não apresenta nenhuma rubrica em qualquer dos fólios, o que se compreende, dado ser um documento particular, destituído de carácter jurídico. De notar a existência de algumas manchas de humidade e um ou outro pico de traça, sendo sofrível o seu estado de conservação.

Caligrafado em letra regular, desenhada e inclinada para a dextra, tem um traçado gráfico pontuado episodicamente por rasuras e entrelinhados em

quantidade pouco significativa. Pouco notórias, também, as situações de encadeamento, encontrando-se, todavia, certas palavras indevidamente ligadas e outras separadas, caso de *chegouse anós*, por *chegou-se a nós*, *avêr*, por *a ver*, *a inda* por *ainda*<sup>25</sup>.

Evidente é o recurso constante a abreviaturas tal como o uso, digamos que cronologicamente tardio, de duplas vogais com intuito de nasalização (ex: manhã), mantendo-se, ainda, certa disfuncionalidade no critério de pontuação; como se pode verificar no excerto seguinte: "(...) Pai tenho fome lhes respondia Comerão Comerão: Pai tenho sede beberão beberão: justiça meu Pai, rigorosa respondia Neptuno (...)".

### 3.2

#### Crítica interna

Para lá da deficiente estrutura gramatical, revela um estilo literário pobre destituído de agilidade e elegância formal.

O seu discurso narrativo assenta numa estrutura diarística baseada no registo quotidiano da vida a bordo de um religioso tornado viajante... Não por diletantismo tão em voga na época mas por espírito de missão e consciência de dever a cumprir.

Despido de qualquer encenação ou artifício, que construindo uma realidade ficcional pudesse valorizar o perfil do narrador, apresenta-se quase como um seco relato, sem índole autobiográfica, salvo fugazes deslizes intimistas, como o do breve comentário a propósito de um beberete de licor e da tarde de sociabilidade vivida no camarote com outros passageiros, em que a nostálgica lembrança dos irmãos deixados em Lisboa introduz uma nota de melancolia quase penitencial (fólio 15). Como se o facto de «ser muito obzequiado» «divertindo-se toda a tarde» em conversas certamente inócuas e ter «sumamente» gostado, pudesse traduzir um distanciamento sentimental que obrigasse a uma espécie de remissão de falta cometida.

Onde o autor se redime da aridez desconcertante da primeira parte do texto, é nas passagens referentes ao contacto inter-cultural e civilizacional que

pontua as escalas portuárias. Sem atingir o fulgor de um verdadeiro literato, revela-se observador perspicaz, dotado de curiosidade perante o exotismo da flora e os pitorescos hábitos dos naturais, cujo alcance nem sempre entende, recorrendo até à ironia. Tome-se como exemplo as passagens retiradas dos fólios 6 e 7, relativas a Cabo Verde e que mais adiante transcrevemos.

E, se no âmbito geral da narrativa, recorre a fragmentos alinhados cronologicamente, tomando por mecanismo condutor o fio da memória, apagando-se voluntariamente enquanto protagonista, nalgumas descrições humaniza-se e faz sorrir pela candura ingénua com que se diverte e aprova, por exemplo, os “negócios” em que os malaios saem claramente perdedores, como se pode ler no fólio 17:

*“em toda esta manhã nos devirtimos bastantemente com os taes malaios, são elles huns pobres homens que de cevelização nada compreendem, os mais asseados, e que mais representam, trazem huma jaqueta velha, e huns calçoens rotos que trocarão por galinhas ou macacos a algum marujo: o mais respeitavel, que vi trazia hum enxambre de chita, e andava descalço, o que entre elles he moda: algum pouco fato que trazem he roto, porque não sabem o que seja cozer, ignorão o uso das agulhas e das linhas, (...) e hum lenço na cabeça: atado como quem tem dores de cabeça (...) por isso mesmo que andão quazi nus, e tambem porque o clima he muito calido são chamuscados (...).*

Continuando no mesmo tom escreve: – “(...) Elles mascão muito huma erva chamada buio e tambem tomão muito charuto, (...) e he entre elles huma perfeição o ter os dentes negros(...) Endagando sobre a sua religião vim no conhecimento de que alguns mais instruidos são luteranos, porem a maior parte são mahometanos e isto se infere de que não comem galinha, e o cazo he que fazem muito bem, o proveito he para os europeos que ahi passam que lhas comem quazi de graça, por 2 aneis de chumbo de 15 rs cada hum trocarão hum famoso galo, por 4 leques de 14 rs cada hum, trocarão 15 galinhas: destas e de outras semelhantes trocas fezerão em abundancia”.

E se a proximidade de condições existente entre os marinheiros de quinhentos e estes viajantes oitocentistas é notória, a leitura desta última descrição traz à memória o paralelismo inevitável das trocas descritas por Álvaro Velho no *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama à Índia*, onde em Moçambique os

portugueses davam barretes vermelhos por marfim, e recebiam «um boi negro por três manilhas», ou ainda os «*cascaveis e manilhas*» [guizos e braceletes] que se trocaram com os nativos na chegada de Cabral ao Brasil, como registou Pêro Vaz de Caminha na sua bem conhecida *Carta a El-Rei Dom Manuel*.

Mas voltando ao relato do padre Oliveira, e esquecendo que por vezes nele, como vimos, o *homem* se sobrepõe ao *pastor de almas*, acrescentando-se que a sua percepção do momento o leva, episodicamente, a um certo enlevo perante o fascínio da paisagem, como aconteceu nas Filipinas, durante a visita à Laguna, ou perante as «*encantadoras vistas*» da Ilha de Cantaiá. Porém raramente cede ao lirismo poético regressando sempre a uma atitude de humildade, apanágio de virtude cristã. Essa tônica cristã perpassa aliás em vários excertos, quer na preocupação exibida com o exercício do múnus sacerdotal, quer no desejo de conhecer e registar as práticas e hábitos religiosos dos diferentes sítios visitados, chegando ao preciosismo de transcrever uma *Avé Maria* em dialecto filipino.

Conhecido o contexto histórico envolvente e estabelecido o perfil literário do autor do relato, será certamente ocasião de falar um pouco sobre a viagem em si.

### 3.3

#### A Viagem

Começada numa Sexta-feira Santa, 1 de Abril de 1825, dia em que a bordo do «godão fluctuante» na pitoresca expressão do narrador, largaram das margens do Tejo, junto ao Terreiro do Paço, prolongar-se-ia até 23 de Outubro desse ano, altura em que o navio chegou pelas «11 horas da noite (...) a porto seguro». Ou seja sensivelmente uma semana antes de se cumprirem oito longos meses de travessia transoceânica.

Mas as primeiras impressões regista-as o padre Oliveira ainda à saída da barra portuária: «Nesse meio tempo divertimos (sic) as nossas vistas olhando já para a bella perspectiva que a cidade de Lisboa por aquelle lado nos oferecia, já por hum navio inglez, em que se fazia exercicio marítimo já por os

muitos navios que no Tejo estavam ancorados, já finalmente por a imensa multidão de faluas, lanchas, escaleres, e botes que naquelle dia navegavão o grande rio Olisiponense, até que finalmente ás 11 horas chegando o commandante e a sua officialidade (...) commo em certo modo a nossa sahida dependia da charrua S. João Magnanimo, em cuja companhia o commandante tinha ajustado sahir, esperamos que ella largasse, ás duas horas da tarde com effeito suspendendo a ancora, nós simultaneamente nos fizemos de vella com vento Norueste proa de Sul e dirigidos pelo piloto da barra navegando com cautela, e a pouco pano, nos desviamos do encontro de algumas pedras que por esses sitios tem cauzado o naufragio de não poucas embarcações (...)»<sup>26</sup>.

Detenhamo-nos um pouco, em torno deste extracto da narrativa, já que se justificam alguns considerandos. Assim o «godão fluctuante» em que decorreria a viagem era uma galera, propriedade de Joaquim dos Ramos, também seu comandante como se colhe da secção de notícias marítimas da *Gazeta de Lisboa*,<sup>27</sup> e do termo de responsabilidade por si assinado e no qual se constitui « inteiramente responsável pelas consequencias rezultantes de tudo o que na referida Cidade [Macau] obrar fóra da marcha mercantil»<sup>28</sup>.

E é de novo a *Gazeta* que a 29 de Março regista a entrada de vários navios ingleses, um dos quais, seria precisamente aquele que os religiosos terão visto em exercícios navais, e que na verdade se destacava dos demais por ser nau de guerra, a *Wellesley* que, segundo o periódico, trazia a bordo o coronel Freemantle, Lord Hill, e Sir Charles Stuart, o antigo embaixador da Grã-Bretanha em Portugal durante a guerra peninsular, e que regressava para negociar os termos da independência do Brasil, investido na qualidade de ministro plenipotenciario de D. João VI<sup>29</sup>. Quanto à charrua *S. João Magnânimo*, a sua inclusão na viagem justifica-se por três motivos, o primeiro advém da circunstância de parte da jornada decorrer em águas que eram ao momento militarmente instáveis, o segundo deriva da própria natureza desse navio, já que originariamente fora nau de guerra,<sup>30</sup> possuía mesmo 26 peças de artilharia, e por necessidade se adaptara ao transporte de carga. E se, como lembra o comandante Sacchetti « quase todas as naus e fragatas de então mais do que uma vez armaram em charruas» porque «a era do clipper desenvolveu-se só depois da guerra do Ópio (1840-42)»,<sup>31</sup> podemos confirmar que a *S. João Magnânimo*, estava já habituada a essa função prática e

também à medida cautelar de navegar em *conserva*<sup>32</sup>. Por último, ainda que o destino final de cada um dos navios não fosse o mesmo, parte da viagem era comum. Finalmente e reportando-nos à menção feita à barra olisiponense, registemos que « embora gozando de condições naturais impares, o porto de Lisboa suscitava justificadas precauções aos que a ela arribavam ou dela zarpavam. Franquear a barra não era de facto, tarefa isenta de perigo nem sempre acautelado pelos homens talhados na vida do mar», como regista, a propósito, um investigador<sup>33</sup>.

Retomando a narrativa, a viagem ter-se-á desenrolado de início com alguma demora, a explicação encontra-se no *fólio* 3 do manuscrito:

*“(…) Neste dia [2 de Abril] tendo largado todos os panos com vento em popa ferramos alguns por cauza da charrua a qual tanto se atrazava que o Vasco... em gaveas [a] acompanhava (...)”* e mais adiante informa: – *“Domingo de Páscoa neste dia pela manhaã demos sinal à charrua para irmos à falla, e aproximando-nos a ella em distancia, que fallando por huma buzina pudessemos ser entendidos, entre outras couzas lhe dissemos que queriamos exprimentar (sic) o navio com todo o pano, ao que o comandante della prontamente annuo dizendo ao capitam que podia experimentar o seu naviiio independtamente da sua licença por que não fizera com elle ajuste algum, prometeo-se-lhe sim (em attenção a ser fragata de guerra) que à noite voltariamos á nossa posição, largando pois todas as velas, e navegando em todo o dia quanto podemos, á noite nos vimos obrigados a esperar pela companheira que já mal se avistava, e continuamos a andar em seo seguimento.”* – Ora bem o responsável por este atraso era, como se deduz a charrua S. João Magnânimo, que segundo informa o Comandante Marques Esparteiro : – *“(…) nunca desgovernava mas deitava apenas 8 a 8.5 nós nas condições mais favoráveis e 5 até 5.5 nós à bolina. Com vaga alta ou com pequeno mar pela proa, caturrava imenso, metia o beque debaixo da onda até o perder, como o perdeu muitas vezes, com trincheira e perchas”*<sup>34</sup>.

O passo seguinte entre as Canárias e Cabo Verde foi feito em 8 dias, pois às 7 horas da manhã do dia 17 avistavam a ilha de Maio e pouco depois a de Santiago. Uma vez mais, a charrua, atrasada, não pode fundear na mesma noite.

A ida a terra, proporciona o primeiro momento de contacto com outras gentes e cultura *“(…) Também aqui existe hum grande numero dos literatos de*

*Portugal, que em premio de profunda sciencia na conjugação do verbo surripio foram despachados para agricultores destas ilhas, alguns vi no campo com suas insignias pendentes até aos pés.*”<sup>35</sup> e mais adiante anota: – “*Aqui as pretas não trazem os filhos ao cólo, mais (sic) sim as costas em hum alforge*”<sup>36</sup>: *que extravagancia! As cavalgadas nesta terra que ordinariamente são jumentas, são de diferente especie das da Europa, sobem e descem a maneira de cabras as mais ingremes montanhas, vendo a hum preto montado em huma das tais cabras jumentas descer de galope por huma empinada ribanceira julguei, que cavalo e cavaleiro ambos irião ao dispenhadeiro (sic), porem nada disso aconteceu logo que chegarão ao fim da ladeira descançarão hum pouco e continuarão a sua derrota com o mesmo gás : os arreios diferem dos da Europa não só emquanto à especie, mas também emquanto ao género, as sellas são humas esteiras de baixo preço, os estribos huns bocados de pieçá, os freios de corda de esparto (...)*”.

Mas não é apenas o elemento humano que lhe desperta a curiosidade, também o ambiente e as condições naturais lhe suscitam reparo: «(...) a cidade da Praia (...) está situada em hum lugar elevado de donde se descobre vastos campos de palmeiras que offereçam à vista huma perspectiva agradável. Estas ilha ainda que parece (sic) esteril comtudo é assáz fecunda, produz em abundancia tamarinos<sup>37</sup>, bananas, bamborreiros<sup>38</sup> laranjas e purgas<sup>39</sup>, frutas todas de excelente qualidade, produz além disto tudo urzella<sup>40</sup>, mandioca, tabaco, café, chocolate, milho, e este tão crescido que hum homem de cavalo se esconde entre elle, de onde se infere que se não fosse a indolencia destes povos seria Cabo Verde huma das boas terras africanas (...)»<sup>41</sup> O clima he muito calido, e de tempos em tempos costuma haver epedemia geral que extingue familias inteiras, esta procede de certos vapores, que a terra exala acabadas as chuvas.(...)»<sup>42</sup>.

Deixando o arquipélago caboverdiano para trás, a galera seguiu viagem, liberta já da sombra tutelar da charrua, uma vez que esta teve necessidade de se demorar mais alguns dias, para reabastecimento «em attenção a 13 praças do transporte que embarcamos de mais para os quaes se não receberem mantimentos», segundo relatório-carta do seu comandante, o capitão Salema Garção, que não se esqueceu de anotar: «o navio Vasco da Gama veio de conserva com esta Charrua até este porto do qual sahio no dia 23 do corrente [Abril]»<sup>43</sup>.

Já a temida passagem pelo Cabo da Boa Esperança mereceu do relator, o

seguinte comentário: – “(...) *Passamos neste dia assinalado [24 de Junho] o Cabo da Boa Esperança com o maior socego possível todos os passageiros nos alegramos muito por huma tão feliz passagem no cabo tormentozo: não avistamos a Cidade do Cabo, porem passariamos distantes 30 legoas (...)*”<sup>44</sup>.

Como se depreende pelo quase suspiro de alívio que se liberta da pena do autor, os medos e visões ancestrais ainda espreitavam por cima do ombro do eclesiástico, sucessor encartado dos Jesuítas, que não obstante tinham, como escreveu José Manuel Correia «*uma visão teológica do mar e do próprio Cabo da Boa Esperança*»<sup>45</sup>. Sem contudo possuírem a visão e o pensamento imaculado dos Franciscanos, que ainda segundo este autor «não acreditavam que a sua morte fosse no mar ou no Cabo da Boa Esperança. Diziam eles que a sua missão não estava ainda cumprida, pois Deus tinha determinado que a morte viria em melhor altura, depois de cada um missionar a Índia»<sup>46</sup>. O nosso viajante que só queria missionar a China... não deixou à cautela de rezar missa, «em acção de graças» – como ele diz, por «nos vermos livres dos iminentes perigos».

E as coordenadas marítimas vão, légua a légua, separando os diferentes locais, de passagem uns, de escala outros, Madagáscar, os baixios terreaes, a ilha Cristina, Java, o Estreito de Sonda antecedendo a escala no porto holandês de Anger, já na Malásia, onde decorreu o episódio negocial a que fizemos já referência.

Nova paragem nas Filipinas, a justificar um passeio por terra, com sabor a aventura e um desfiar de informações-impressões, alimentadas por um certo extasiamento perante a beleza ainda selvagem da região, que na sua vertente paisagista merece grandes elogios e na sua componente urbano-arquitectural bastante reserva.

«He Manilla huma cidade pequena situada em huma grande planície, fortificada com huma segura fortaleza, he bem arruada, porem as cazas parecem mais armazens de vinhos, do que edificios de huma capital: as igrejas e athé a mesmo (sic) sé archiepiscopal são mui grandes, porem não ostentam riqueza, bebe-se a agoa de cisterna ou do rio (...)»<sup>47</sup>. Em contraponto a envolvente de Passi e da grande laguna merecem outra apreciação: «Em todo este dia não



cessamos de admirar o delicioso arvoredo que a laguna nos oferecia de huma e outra parte, nem tão pouco deixamos de conhecer que a laguna he huma das maravilhas do mundo, he ella hum mar de agoa doce, que de extensão ou longitude tem mais de 20 legoas e de latitude 3 senão forem mais (...)» E de caminho para Passangam, que dista 8 léguas, regista: «toda essa tarde disfructamos não com pouca satisfação a dilicioza floresta que de hum e outro lado aformozeava a laguna que navegavamos (...)»<sup>48</sup>.

As gentes «indios naturaes, mestiços, hespanhoes e chinas» e sobretudo o clero local, são observados com um misto de noção subjacente de quem se sente superior em termos civilizacionais, e no caso dos últimos, com uma severidade, decorrente de serem «geralmente fallando mui pouco respeitados, e elles mesmo não se sabem respeitar, são exemplares he verdade relativamente ao seu habito, porem de ordinario são muito ignorantes e mui pouco zelosos do bem espiritual dos seus proximos (...)»<sup>49</sup> E, num indisfarçável registo trocista, não se inibe de acrescentar: «contarão-se delles anadoctas muito galantes, em certo povo em que o paroco era indio, foi um sacerdote para dizer missa, e vendo que as hostias erão muito trigueiras, queixou-se ao cura, e que lhe havia elle de dizer, se o rapaz he o demonio, tantas vezes lhe tenho dito, que as faça de arrôs descacado (sic) e elle teima em as fazer de arrôs com casca.» Todavia assinala o grau de religiosidade das pessoas que «homens e mulheres trazem huns grandes bentinhos ó a (sic) pescoço pendentos sobre o fato, vão quazi todos diariamente a missa; e de tarde a oração e áo terço» – e sublinhando esse sentimento, acrescenta: « Nestas igrejas são bem poucos os dias em que não há missas cantadas à aziatica, de hum padre só áo altar, e huma muzica de rabeção, ou violão, rabecas, e flautas»<sup>50</sup>.

Uma vez mais, os hábitos ditos de civilidade e etiqueta, o interessam: «Em quanto ao modo de trajar os europeos , a não ser em algum dia de festa em que vistão a sua cazaca, e ponhão o seo chapeo ino, andam de jaqueta e calças de paninho, meias brancas e chapeo de palhinha. Os indios porem o seu asseio ordinario são humas calças de riscadinho, e huma camiza de algodão mui transparente com a fralda de fora, nos domingos porem os mais pimpoens apparecem com camiza de riscadinho muito engomada e muito transparente e já se entende com a fralda de fora, assim vão à missa, os muzicos assim tocão, e cantão, os seminaristas assim estão dentro dos seos

collegios e (...) o vigario capitular indo eu vizita-lo assim me fallou acerca do que me hia largando a rir»<sup>51</sup>. Esta comicidade e pormenor não estendeu o narrador quanto à moda feminina limitando-se secamente a notar que «as mulheres estas andão decentemente vestidas». Maior interesse lhe merece o luxo e profusão de carruagens em que «tanto ecclesiasticos como seculares» se passeiam e «a que chamão berloche [e] que diferem algum tanto das seges da europa». O hábito quotidiano de consumo de chocolate e charutos, não escapa ao padre que reconhece que nesse tocante «tanto hispanhoes como naturaes são muito liberaes, quando recebem alguma vizita logo oferecem charuto e chocolate, se se vai à noite, quer ostê chocolate, se se vai ao meidia (sic) quer ostê chocolate, em fim he sempre o mesmo offerecimento»<sup>52</sup>.

Deixadas para trás as maravilhas filipinas, e de novo em mar largo, um derradeiro temporal em que «o jantar foi de caldeirão de Frei Junípero»<sup>53</sup> e em que o navio não podendo resistir á força das ondas, obrigou a um retorno a Manila, com o qual se perderam 180 milhas de viagem, protelando a almejada entrada nos mares da China e o desembarque em Macau. Este aconteceria, como ficou dito, a 24 de Outubro, num clima pessoal de alegre e compreensível alívio.

Antes de dar por concluído o seu relato, teve ainda tempo de registar as primeiras impressões, daquele que era, afinal, o destino último da viagem, e ainda que ele o não suspeitasse, o seu próprio, pois jamais voltaria a Portugal. Assim anotou o impacto que a cidade de Macau «pouco mais pequena do que Coimbra» lhe causou e sobretudo a superstição dos jentios que «venerão como deidades [divindades] os seus primogenitores e por isso tem suas medonha[s] figuras com suas feias carrancas collocadas sobre altares, e lhes tributão os seus cultos (...)»<sup>54</sup> Em suma, fez de um relance a avaliação do muito trabalho proselitista que o aguardava.

### 3.4

#### Breve esboço biográfico

Este périplo pelo texto lazarista ficaria incompleto sem uma menção, ainda que sucinta, aos principais intervenientes na viagem, ou seja, aqueles cuja identidade o relator grafou no rosto da “Descrição...” Do próprio pouco

sabemos, ficando-nos apenas uma silhueta de contornos vagos, resultante daqueles escassos momentos em que deixava transparecer algumas emoções. De resto, uma vez ordenado, partiu para Nanquim onde a morte o veio buscar, uns curtos três anos passados sobre a viagem.

Outro destino tiveram dois dos seus companheiros, João de França Castro e Moura e Jerónimo José da Mata. O primeiro, natural de Gondomar onde nascera em 1804, havia sido educado por um tio, o Dr. José de França Castro e Moura, vigário geral da comarca eclesiástica de Penafiel, que terá tido uma influência mais do que certa na escolha feita pelo sobrinho, que após o curso do seminário do Porto é ordenado minorista em 1823.

Partindo para Macau em 1825, receberia ordens de subdiácono em 1827, das mãos do bispo Chacim, saindo depois para as Filipinas onde iniciou a sua acção evangelizadora, continuada depois na China onde, rezam as crónicas, se distinguiu em vários momentos, com perigo até da saúde e da própria integridade física. Tendo escapado à perseguição que lhe foi movida pelas autoridades de Fuquien, a violentas febres em Lang-Tsé-Kiang, e à tifóide que o acometeu em Cantum, parecia ter em si reunidas as condições ideais de perseverança para assumir a diocese de Pequim, cuja mitra o governo português lhe ofereceu. Porém esta nomeação colidiria com os interesses da Santa Sé, que não vendo com bons olhos o abandono a que se encontravam votadas as igrejas do *Padroado Português do Oriente*, pretendia desligar da jurisdição portuguesa as dioceses situadas fora dos limites territoriais das colónias. Do braço de ferro subsequente entre papado e o governo de Portugal, resultou a passagem do episcopado pequinense para a esfera de acção do vigário-geral da Mongólia, extinguindo-se de vez a autoridade lusitana no Padroado. Desgostoso, Castro e Moura regressou a Portugal, vindo posteriormente a ser sagrado bispo do Porto, diocese em que fez solene entrada a 30 de Julho de 1862. O seu carácter pouco acomodado a situações de passividade, valer-lhe-ia novos desafios, e pouco depois de tomar assento na Câmara dos Pares, faz naquele órgão institucional um discurso apologético dos direitos da Igreja quanto ao provimento dos benefícios eclesiásticos. A polémica desencadeada torna-o alvo de perseguição política, desiludido, mas não convencido regressa ao Porto, para a 14 de Abril de 1864 sair à liça, de novo na câmara alta, desta vez em defesa do bispo de Coimbra que, como ele, levantara a voz contra o disposto no decreto-lei de 2 de Janeiro de 1862<sup>55</sup>.

Quatro anos depois morria, tendo legado os seus bens e livraria ao seminário do Porto, do qual fora aluno e mais tarde protector.

D. João de Castro e Moura foi sócio da Academia das Ciências.

Quanto a Jerónimo José da Mata, também ele nascido em 1804, frequentou o seminário de Sernache do Bonjardim, tendo apenas a prima tonsura e ordens menores, quando embarcou em 1825 para Macau, onde concluiu os seus estudos religiosos no seminário de S. José. À semelhança de Castro e Moura, parte então para Manila, ali sendo depois ordenado diácono e presbítero, altura em que regressa a Macau para leccionar no mesmo estabelecimento em que estudara. Desanimado com a falta de protecção dispensada à Igreja portuguesa na Ásia, volta a Portugal, redigindo uma *Memória sobre as Missões Portuguesas na China oferecida aos Senhores Deputados da Nação*<sup>56</sup>. Parece ter sido, em parte, por indicação sua que o governo procedeu às nomeações do padre Nicolau de Borja e de D. João de Moura, para as dioceses de Macau e Pequim. De regresso ao território, veio por morte de Borja, a suceder-lhe na cadeira episcopal, se bem que a nomeação fosse confirmada pela Santa Sé, sob a designação de bispo de Altobosco. Dedicando-se com empenho aos problemas da sua diocese, com enfoque para a educação, fez em 1852 um périplo pelas missões do episcopado de Goa, tendo ordenado vários sacerdotes. O ambiente de adesão em torno desta viagem e o eco que ela teve nos meios eclesiásticos, provocou o desagrado da *Congregação Para a Propaganda da Fé*, em Roma, estando na origem de um breve pontifício, no qual além de se censurar o prelado se ameaçava este de excomunhão. Na verdade na base do problema parece ter estado o ciúme do bispo de Berbe, Anastacio Hartmann, vigário apostólico, que entendera haver sido beliscado na sua jurisdição, não hesitando em inflamar os ânimos, ao acusar os padres recém-ordenados de serem cismáticos. A crise do *Padroado Português do Oriente* conheceu, por essa altura, momentos de grande tensão, agitando sobremaneira os meios políticos, e despertando paixões na opinião pública. A solidariedade em torno do bispo e dos padres por ele investidos levou a que « num assomo de descabido patriotismo»<sup>57</sup> fossem os mesmos declarados em sessão da câmara de deputados de 20 de Julho de 1853 «Beneméritos da Pátria».

D. Jerónimo da Mata teve ainda ocasião de aconselhar o governo no tocante à matéria escaldante das negociações com a Santa Sé, mormente quanto à assinatura de uma Concordata entre esta e o reino de Portugal, usando os negociadores nacionais a sua correspondência como elemento de orientação. No texto deste documento, ratificado por Pio IX e D. Pedro V, ficou reconhecido o exercício do Padroado da Coroa Portuguesa quer quanto à Índia, quer quanto a Macau<sup>58</sup>.

O prelado veio a morrer em 1865.

Estes dois religiosos tiveram, como se viu, alguma preponderância no seu meio e época, com uns laivos de polémica a que não seria alheia certa independência de carácter, por ambos demonstrada, o que nessa primeira viagem ao Oriente, nada permitia fazer prever.

Em suma, por tudo o que atrás foi dito e referido a propósito da viagem e do autor da *Descrição...* julgamos ter ficado demonstrado o interesse e valia do documento; mais do que um eventual desacerto no labor de escrita, estilo, sintaxe e gramática, importará sublinhar o contributo, mesmo que modesto, prestado às ciências sociais e humanas pelo narrador, ao fixar a memória de locais, gentes e situações por si vividas, ainda que o tenha feito com intuito meramente particular.

## Notas

<sup>1</sup> Arquivo Distrital de Braga, *Fundo Monástico Conventual*, Lazaristas-Documentação Geral, ms. 788

<sup>2</sup> Veja-se, por exemplo, a posição dos irmãos Passos (Manuel e José) sobre a Univ. de Coimbra, a que chamavam *Fradesca-Papal Academia*, contestando a sua estrutura eclesiástica, considerada perniciosa para a sociedade. Cf. Luís Reis Torgal, Isabel Nobre Vargues, *A Revolução de 1820 e a Instrução Pública*, Porto: Paisagem Editora, 1984, pp. 280/1. Essa desconfiança face à Igreja resultava, também da não aceitação do regime constitucional por parte de muitas ordens monásticas, como acentuava em 1821 o deputado Miguel Franzini, que em discurso parlamentar apelidava os frades de chefes do feudalismo, pelas posições retrógradas destes face à sociedade civil. Cf. Maria de Fátima Nunes, *O Liberalismo Português: Ideários e Ciências*, Lisboa, I.N.I.C. / C.E.C.U.N.L., 1988, pp. 118/9.

<sup>3</sup> Se bem que em 1823 o depois ministro do Reino, Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque defendesse em opúsculo dirigido aos deputados, a obrigação do Estado prover às despesas e encargos dos seminários, atendendo ao facto da constituição da monarquia declarar como religião oficial a religião católica, mas na prossecução de que qualquer estabelecimento de ensino religioso teria um carácter público. Cf. Luís Reis Torgal, Isabel Nobre Vargues, *A Revolução de 1820...* p. 337.

<sup>4</sup> António Mega Ferreira, "Padre Manuel Antunes: do Homem ao outro do Homem" in *Oceanos*, C.N.P.C.D.P. n.º 12, Nov.1992, p. 118.

<sup>5</sup> Cf. Gonçalo Couceiro, "Do Bom Uso da Matemática na Propagação da Fé" in *Oceanos*, idem, *Ibidem*, p. 82.

<sup>6</sup> Foi a primeira que os jesuítas trouxeram para Macau e para o Japão, em 1588. Cf. Rafael Ávila de Azevedo, *A Influência da Cultura Portuguesa em Macau*, Lisboa: I.C.L.P. Biblioteca Breve, 1984, vol. 95, p. 66.

<sup>7</sup> Ainda que a primeira notícia referente a estas representações nas naus seja de 1574, elas terão começado provavelmente antes. Cf. Francisco Contento Domingues, Inácio Guerreiro, "A Evolução da Carreira da Índia até aos Inícios do Século XVII" in *Portugal no Mundo*, Lisboa, Alfa, 1993, vol. II (séc. XV-XVIII), p. 446.

<sup>8</sup> Rafael Ávila de Azevedo, ob. cit. p. 16.

<sup>9</sup> Esta substituição não foi bem encarada pelos jesuítas, como se depreende da carta do conde de Saint. Priest ao ministro português conde de Vila Real, em 1836, em que ao historiar as vicissitudes da congregação lazarista, entrementes expulsa de Macau por D. Miguel, atribui como «causa principal e secreta» da expulsão, a « má-vontade que a Sociedade de Jesus sempre mostrou aos lazaristas que depois da expulsão dos jesuítas de França, os haviam substituído nas nossas missões». Acrescente-se que a importância de Macau para os lazaristas franceses consistia no facto de ser ali: «que eles residem o tempo conveniente para se conformarem com os usos e aprenderem a língua dos chins antes de entrarem na China» Cf. Júlio Firmino Júdice-Biker, *Suplemento à Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos Celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potências desde 1640*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1880, tomo XXVII (v. ofício do barão Mortier para Agostinho José Freire, em 8 de Julho de 1834).

<sup>10</sup> Que pretendeu subordiná-los à autoridade do Patriarca de Lisboa, situação que os lazaristas recusaram, e em 1738 por altura das festas de canonização do fundador S. Vicente de Paulo, o rei permitiu que ficassem sujeitos ao Superior de Paris, como

pretendiam. Cf. P. Miguel de Oliveira, *História Ecclesiástica de Portugal*, 1.ª ed. Lisboa: união Gráfica, 1968, p. 322.

<sup>11</sup> Cf. P. Manuel Teixeira, *Macau e a sua Diocese*, Macau: Tipografia da Missão do Padroado, vol. XII (bispos, missionários, igrejas e escolas), p. 345.

<sup>12</sup> Este prelado era manifesto opositor do ideário liberal, vindo a receber em 1825 a comenda da Ordem de N.ª S.ª da Conceição de Vila Viçosa «pela sua fidelidade e serviços praticados na ocasião da Restauração de Macao». Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 84, segunda-feira, 11 de Abril de 1825, p. 337.

<sup>13</sup> Cf. C.A. Montalto de Jesus, *Macau Histórico*: primeira edição portuguesa da versão apreendida em 1926, Macau: Livros do Oriente, 1990, p. 192.

<sup>14</sup> Cf. P. Manuel Teixeira, *Macau e a sua Diocese...* p. 345.

<sup>15</sup> Idem, *Ibidem*, p. 346, notícia que de algum modo reproduz o teor de uma outra, saída no jornal *Echo do Povo*, n.º 68, de 15.07.1860.

<sup>16</sup> Muitas dessas cartas foram objecto de publicação in *Documenta Índica*, pub. Josephus Wicki, 18 vols. Roma, Institutum Historicum Societatis Iesu, 1948-1988, em *Documentação Para a História das Missões do Padroado Português do Oriente, Índia*, pub. António da Silva Rego, 122 vols. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1947-1958; e em *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente, Insulíndia*, pub. Artur Basílio de Sá, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954.

<sup>17</sup> Dessa produção editorial que se prolonga durante o século XVII, existe recenseamento para as edições quinhentistas em José Manuel Garcia, *Ao Encontro dos Descobrimentos*, Lisboa, Presença, 1996, pp. 234 a 243.

<sup>18</sup> Cf. Peixoto de Araujo, "Expansão Missionária no Oriente", *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens*, dir. Fernando Cristovão, Lisboa: cosmos, 1999, p. 365

<sup>19</sup> E autor também de um *Memorial* dirigido ao vice-rei da Índia no qual dava conta da Restauração de 1640, «de modo a que Macau fosse informada antes das notícias chegarem aos espanhóis de Manila» cf. Carlos Pinto dos Santos e Orlando Neves, *De Longe à China: Macau na Historiografia e na Literatura Portuguesas*, Macau, Instituto Cultural, 1988, tomo I, p. 107.

<sup>20</sup> Dos apontamentos do açoriano Bento de Goes (no século Luís Gonçalves) reconstituídos por Matteo Ricci, foram feitas transcrições em épocas distintas, sendo edição mais recente a que foi publicada em *Viagens na Ásia Central em Demanda do Cataio: Bento de Goes e António de Andrade*, com introd. e notas de Neves Águas, Lisboa: Europa-América, 1988.

<sup>21</sup> Cf. Loureiro, "Visões da Ásia: séculos XVI e XVII" in *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens...* p. 349.

<sup>22</sup> Cf. José Pereira da Costa, "Comunicação sobre a «Relação da viagem que fizeram de Lisboa para Macao na galera Novo Paquete 5 congregados da Missão: Henriques e Almeida Sacerdotes: Lino subdiacono. Amorim e Pinto menoristas em 1831»" in *Stvdia*, Lisboa, M.E./I.I.C.T., n.º 48, 1989, p. 375. Este artigo traz na Bibliografia um levantamento bastante completo da documentação existente na Torre do Tombo, referente aos lazaristas e às suas casas.

<sup>23</sup> Cf. Idem, *ibidem*, p. 369.

<sup>24</sup> Publicada, como se disse, por Pereira da Costa in *Stvdia* n.º 48, 1989.

<sup>25</sup> À excepção do primeiro exemplo, que foi retirado do fólio 17, última linha, todos os outros se extractaram do fólio de rosto. Cf. Arquivo Distrital Braga, *Fundo Monástico Conventual, Lazaristas-Documentação Geral*, ms. 788.

<sup>26</sup> cf. Arquivo Distrital Braga, *Fundo Monástico-Conventual*. (...) "Descrição...", fl. 2.

<sup>27</sup> que noticiava numa das suas edições a saída do navio para Macau, de início apontada para Janeiro, propondo-se recolher o correio para o território até à meia-noite do dia antecedente ao da partida. Cf. *Gazeta de Lisboa*, Anno 1825, numero 3, terça-feira 4 de Janeiro, p. [12].

<sup>28</sup> Cf. Arquivo Geral da Marinha, cx. 709, *Vasco da Gama*, n.º 971. Era co-proprietário do navio, José Lourenço da Cruz, conforme se colhe de um requerimento do dia 9 desse mês e ano, in *Idem*, *Ibidem*, n.º 930.

<sup>29</sup> Ainda nesse mesmo ano o rei agraciaria Stuart com o título de conde de Machico, a que se sucederia em 1826 o de marquês de Angra. cf. *Nobreza de Portugal*, coord. Afonso Eduardo Martins Zuquete, Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1960, vol. II, p. 285.

<sup>30</sup> Nessa qualidade participara, por exemplo, na expedição naval que a 15 de Fevereiro de 1816 partira para o Brasil, indo a armada sob comando do almirante Rodrigo José Ferreira Lobo. Cf. António Marques Esparteiro, *Causas do Declínio da Marinha Portuguesa no Século XIX (1793-1834)*, sep. dos *Anais do Clube Militar Naval* (n.ºs 10 a 12 – Out/Dez. 1975; 1 a 3 – Jan/Março 1976; 4 a 6 – Abril/Junho 1976 e 7 a 9 – Julho/Set. 1976), p. 75.

<sup>31</sup> Cf. António Emílio Ferraz Sacchetti, *D. Fernando II e Glória: A Fragata que renasceu das cinzas*, Lisboa: C.T.T., 1998, pp. 54/5.

<sup>32</sup> De facto, a 3 de Julho de 1821 tinha seguido para a Baía, escoltando um comboio de transportes com o 2.º batalhão da Legião Constitucional; cf. António Marques Esparteiro, *Causas do Declínio...* pp. 87/8. E « pello quartel general da Marinha se faz público que a charrua S. João Magnanimo deverá na próxima monção seguir de não de viagem para os Estados Unidos, tocando primeiro em Moçambique a fim de que as pessoas que quiserem meter carga a bordo da referida charrua se dirijão ao seu respectivo commandante.» Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 25, Anno 1825, sabbado, 29 de Janeiro, p. [101].

<sup>33</sup> Cf. Joaquim Manuel Ferreira Boiça, "Zarpar e Arribar a Lisboa na Época da Navegação Moderna", in *Nossa Senhora dos Mártires: A Última Viagem*, Lisboa, Verbo/Expo 98.

<sup>34</sup> Cf. António Marques Esparteiro, *Três Séculos no Mar (1640-1910)*, tomo 20, VI parte/ transportes/ 1.º vol. Lisboa: Ministério da Marinha, 1986, p. 46.

<sup>35</sup> O uso destas ilhas como local de degredo terá começado, ao que se crê, logo seis anos após a sua descoberta em 1460. Assim, entre 1466-1513, cerca de 14 pessoas terão sido condenadas ao exílio cabo verdiano. Cf. Timothy J. Coates, *Degredados e Orfãs: Colonização Dirigida pela Coroa no Império Português- 1550-1755*, Lisboa: C.N.P.C.D.P., 1998, p. 110.

<sup>36</sup> «(...) apertados e seguros contra o tronco por um pano de algodão tecido, a que chamam pano de bamburra, preso à cintura das mães, ficando da criança apenas visível a cabeça e os pés.» cf. Ernesto de Vasconcelos, *Arquipélago de Cabo Verde: Geografia Física, Económica e Política*, 2.ª ed. Lisboa, 1920, p. 106.

<sup>37</sup> *Tamarino* era uma variedade de cana-de-açúcar, mas o padre Oliveira queria provavelmente referir-se ao *tamarindo*, fruto do tamarineiro, cuja polpa comestível, contém propriedades medicinais; suposição de algum modo confirmada pelo próprio, ao acrescentar: «frutas todas de excelente qualidade».

<sup>38</sup> Refere-se certamente ao fruto comestível do *bamboré*, também conhecido por laranjinha-do-mato.

<sup>39</sup> Fruto da purgueira com que «se fazia o azeite para medicamento e para candeias» e que depois de secos eram «enfiados em hastes de madeira e serviam de luzes (espécie de



vela)» Cf. António Carreira, *Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*, 2.ª ed. Cabo Verde: I.C.V.L. 1983, p. 253.

<sup>40</sup> A urzela que sempre existiu em Cabo Verde em quantidade apreciável, começou a ser comercializada desde cedo. « Assim em 30 de Setembro de 1469, D. Afonso V concedeu a dois castelhanos, João de Lugo e Pêro de Lugo, o privilégio de comerciarem este líquen (...)» usado na tinturaria de tecidos e que crescia «espontaneamente nos rochedos virados ao mar(...)». Cf. Maria Manuel Torrão, "Colonização de Cabo Verde: Meios e Objectivos" in *Portugal no Mundo*, dir. Luís de Albuquerque, Lisboa: Alfa, 1993, vol. I (séculos XII-XV), p. 483.

<sup>41</sup> Precisamente no ano anterior, 1824, o então governador, brigadeiro João da Mata Chapuzet, enviara a Lisboa, um relatório em que dava conta do estado caótico e «lastimoso» da província, nos aspectos económico, financeiro e social, cujas causas atribuía a vários factores, um dos quais o da pouca vontade para o trabalho revelada pelas populações. Cf. António Carreira, *Formação e Extinção...* p. 357.

<sup>42</sup> Esta insalubridade do clima cabo-verdiano notou-se desde cedo: « e estive mui perto de tomar as ilhas de Cabo Verde para deixar aí toda [a gente que embarcara clandestinamente na nau Grifo em 1545] (...) mas lembrando-me que nesta conjugação entrava o Verão nas ilhas onde, por a destemperança do ar, estava certo de morrerem todos ou a maior parte dos que aí ficassem, determinei fazer minha viagem, e passar adiante (...)», cf. *Obras Completas de D. João de Castro*, ed. Crítica de Armando Cortesão e Luís de Albuquerque, Coimbra: A.I.C.P., 1976, vol. III, p. 65.

<sup>43</sup> Cf. Arquivo Geral da Marinha, cx. 663 / *S. João Magnânimo*/ Ano de 1825, n.º 537.

<sup>44</sup> A.D.B.- *Fundo Monástico Conventual* (...) "Descrição..." fl. 12.

<sup>45</sup> Cf. José Manuel Correia, "Medos e visões dos mareantes na passagem do Cabo da Boa Esperança" in *Oceanos...* n.º 3, Março 1990, p. 80.

<sup>46</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>47</sup> Cf. A.D.B.- *Fundo Monástico-Conventual* (...) "Descrição...", fl. 20.

<sup>48</sup> Idem, *Ibidem*, fl. 23.

<sup>49</sup> Idem, *Ibidem*, fl. 21.

<sup>50</sup> Idem, *Ibidem*, fl. 22.

<sup>51</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>52</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>53</sup> Idem, *Ibidem*, fl. 25

<sup>54</sup> Idem, *Ibidem*, fl. 26

<sup>55</sup> Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 1.ª ed. Lisboa/ Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, [s/d], vol. XVIII, pp. 16/7, entrada que em parte seguimos.

<sup>56</sup> Publicada em Lisboa no ano de 1839 na Typographia de José Baptista Morando.

<sup>57</sup> Cf. António da Silva Rego, *O Padroado Português no Oriente e a sua Historiografia (1838-1950)*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1978, p. 26 e segs. E pp. 82/3 onde se pode ver uma síntese de toda esta questão.

<sup>58</sup> «Esta concordata foi depois aclarada, no tocante à Índia e aos bens das antigas dioceses de Pequim e Nanquim, pelas notas reversais de 10 de Setembro de 1859». Cf. P. Miguel de Oliveira, *História Ecclesiástica de Portugal...* p. 347.

## Fontes e bibliografia principal

### Fontes manuscritas

Arquivo Distrital de Braga.

*Fundo Monástico-Conventual*, Lazaristas-Documentação Geral, ms. 788.

Arquivo Geral da Marinha.

*Códice 643* – Registo de ordens expedidas para bordo das charruas da Armada Portuguesa.

*Caixa 663* – Documentos da charrua S. João Magnânimo.

*Caixa 709* – Documentos da galera Vasco da Gama.

### Fontes impressas

*Anais da Propagação da Fé: compilação das cartas dos bispos e de outros missionários encarregados das missões nos dois mundos, e de todos os documentos relativos às mesmas e à obra da propagação da Fé*, dir. D. Thomaz de Noronha, n.º 1, Lisboa [s/n], 1822.

Andrade, José Inácio de, *Cartas Escriptas da Índia e da China nos Annos de 1815 a 1830*, 2.ª ed., Lisboa: Imprensa Nacional, 1837.

Biker, Júlio Firmino Júdice, *Supplemento à Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos Celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potências desde 1640*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1880, tomo XXVII.

Caldeira, Carlos José, *Apontamentos d'uma viagem de Lisboa à China e da China a Lisboa*, 2.ª ed. Lisboa, Qutzal, 1999.

Freitas, José de Aquino Guimarães e, *Collecção de Notícias para a história e Geografia das Nações Ultramarinas*, Lisboa: Academia Real das Ciências, 1826, vol. 4.

*Gazete Lisboa*, n.º 3 (4.jan.1825), n.º 25 (29. Jan.1825), n.º 74 (28.Mar.1825), n.º 75 (29. Mar.1825) e n.º 84 (11.Abril.1825).

Regentónio da Silva, *O Padroado Português no Oriente e a sua Historiografia (1838-1950)*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1978.

Sant Carlos Pinto; Neves, Orlando, *De Longe à China: Macau na Historiografia e na Literatura Portuguesas, (colectânea de textos do séc.XVI ao séc. XIX)*, Macau: Instituto Cultural, 1988, 2 vols.

## Bibliografia principal

Azevo, Rafael Ávila de, *A Influência da Cultura Portuguesa em Macau*, Lisboa: I.C.L.P. Biblioteca Breve, 1984, vol. 95.

Carre, António, *Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*, 2.ª ed. Cabo Verde: I.C.V.L. 1983.

Olive, Fernando Correia de, *500 Anos de Contactos luso-Chineses*, Lisboa: Público/ Fundação do Oriente, 1998.

Olive, P.Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, 1.ª ed., Lisboa: União Gráfica, 1968.

Ram, João de Deus, *História das Relações Diplomáticas entre Portugal e a China*, Macau: Instituto Cultural, 1991.

Regção de Figueirôa, "Dos Mares de Cabral a Macau no Ano de 1825", in *Actas do Colóquio Internacional Dos Mares de Cabral ao Oceano da Língua Portuguesa*, Lisboa: Escola Naval, 2000, p. 95-101.

SouzGeorge Bryan de, *A Sobrevivência do Império: os Portugueses na China (1630-1754)*, Lisboa: Dom Quixote, 1991.

Teixe, P. Manuel, *Arquivos da Diocese de Macau*, Macau: Tipograia da Missão do Padroado, 1970.

Teixe, P. Manuel, *Galeria de Macaenses Ilustres no Século XIX*, Macau: Imprensa Nacional, 1942.

## Periódicos e Publicações

*Arquivos de Macau*, Macau, vol. I, n.º 1, 1929.

*Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, n.ºs 7 a 12 (Set/ Dez 1976).

*Icalp Revista*, Lisboa: Instituto Cultura e Língua portu, nº 22 e 23 (Dez 1990/ Mar. 1991).

*Le Tour du Monde: Nouveau Journal des Voyages*. Hachette & C.ª (premier semestre 1862).

*Oceanos*, Lisboa: C.N.P.C.D.P. n.º 12 (Nov. 1992).

*Revista de Cultura*, Macau n.º 7 (Out. 1988), n.º 8 (Ma.ºs 11-12 (Jul/ /Dez. 1990).

*Stvdia*, Lisboa: M.E./ I.I.C.T., n.º 48, 1989.